

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII

---

**A (in)segurança no mundo de  
amanhã**

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2021



# A (in)segurança no mundo de amanhã

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. Embora, para o mundo de amanhã, a incerteza seja o que temos por mais certo e devemos esperar pelo inesperado, não haverá grandes dúvidas sobre o aumento da insegurança em todo o mundo, particularmente como consequência da facilidade com que se tornou possível explorar as vulnerabilidades das sociedades modernas organizadas em rede e com as suas infra-estruturas críticas apoiadas no ciberespaço, o que resulta especialmente da associação de dois fatores: a escassez de recursos e o fator demográfico.

Os recursos, cuja escassez aumenta a insegurança – portanto produz mais conflitos –, são os recursos essenciais para as pessoas poderem viver, assim como aqueles de que as sociedades necessitam para funcionar. Estes recursos são de natureza estratégica, mas a sua relevância é tal, tanto para as pessoas como as sociedades, que normalmente são designados por recursos estratégicos vitais. Os recursos vitais têm a ver com a vida (das pessoas e das sociedades) e pode valer a pena arriscar a vida para os obter.

Os recursos alimentares, incluindo a água, a energia que movimenta as sociedades, e os minerais raros de que depende o funcionamento dos artefactos essenciais para garantir certas atividades críticas (saúde, comunicações e informação, circulação financeira, abastecimento e distribuição de energia e de água, sistemas de governo e de segurança, etc.), todos estes recursos se inscrevem no domínio dos recursos estratégicos vitais.

A dimensão demográfica representa o outro fator com o qual interage o fator recursos, constituindo uma espécie de equação da qual poderá resultar estabilidade, no caso de as pessoas e as sociedades a eles terem acesso em quantidade suficiente para as respetivas necessidades, ou instabilidade, na eventualidade de as pessoas ou as sociedades terem de competir entre si pela força para alcançarem os recursos suficientes.

Os diversos atores políticos desenvolvem estratégias e táticas no sentido de se abastecerem que, no limite, poderão envolver o conflito armado. Entre essas

estratégias e táticas, os centros de poder político recorrem por vezes a modos de ação que transformam recursos de que dispõem em quantidade superior às correspondentes necessidades em instrumentos de troca, que lhes podem servir de poderosos argumentos para conseguirem o apoio de atores que não os possuem, ou possuem em quantidade insuficiente, para avançar com medidas que pretenda empreender, nomeadamente com ações de natureza violenta para forçar objetivos que ambicionam.

2. Os recursos estratégicos vitais estão distribuídos de forma desigual pelas várias regiões geográficas do planeta, e a população das unidades políticas dessas regiões raramente é proporcional aos recursos nelas existentes, o que pode conduzir a uma ou algumas das seguintes atitudes: 1) as pessoas individualmente consideradas deslocam-se das áreas onde há escassez de recursos para aquelas onde tais recursos abundam – trata-se dos movimentos migratórios que, por vezes, atingem a dimensão de verdadeiras migrações massivas e incluem espasmos de violência; 2) as sociedades organizadas das unidades políticas cujos recursos são escassos desencadeiam operações violentas para se apoderarem dos recursos de outras unidades políticas, independentemente de terem ou não recursos suficientes (aqui o que se coloca como motor político das decisões é a probabilidade de alcançar os objetivos definidos, ou seja de conseguir a vitória); e 3) as sociedades e as pessoas são alvo de bandos do crime organizado, nomeadamente de traficantes de droga, tal como os que estão envolvidos no tráfico de armas e de escravos, incluindo profissionais do sexo, também de escravos sexuais, a que devem ser somados os terroristas que lutam por uma causa.

Lembramos que as unidades políticas (os Estados), assim como as pessoas e os grupos dos mais variados tipos, são fundamentalmente egoístas, e movem-se por razões de interesse próprio, pessoal, de grupo ou bando, e nacional, e não por qualquer causa nobre ditada pela solidariedade. Relativamente às pessoas, os santos são raros; quanto aos Estados, não existe solidariedade nas relações internacionais, apenas existe o interesse nacional.

O que atualmente se passa é que nos países economicamente mais desenvolvidos capazes de oferecer significativos apoios sociais, com raras exceções, a população está a diminuir, agravando-se a sua fisionomia demográfica, com a população ativa em queda, cada vez mais desequilibrada em relação à população

idosa que precisa de ser apoiada. Nos países economicamente subdesenvolvidos acontece o contrário: a população cresce, por vezes a taxas de grande dimensão, aumentando aceleradamente a população mais jovem em comparação com a mais idosa cuja taxa de mortalidade também é expressiva, com a percentagem de desempregados, nomeadamente de jovens desempregados a subir em flecha, existindo apoios sociais insuficientes ou não existindo mesmo.

Nos países emergentes, o crescimento económico é acentuado, o que leva dezenas de milhões de pessoas a ascenderem das classes baixas para as classes médias, o que provoca uma corrida aos recursos e aumenta a dificuldade da sua obtenção pelos mais pobres, expandindo a fome e a miséria em larga escala. A pressão sobre os recursos resultante do desenvolvimento económico da China é o exemplo mais expressivo deste fenómeno.

As crenças religiosas radicais, além de poderem reforçar tendências extremistas na prossecução de objetivos justificados com os seus próprios preceitos (como foi o caso do cristianismo no passado e é frequente em certas opções do islamismo atual), quando associadas a baixos graus de desenvolvimento e a posições conservadoras (do ponto de vista ocidental) sobre o controlo da natalidade, produzem altas taxas de natalidade, do que resultam elevados aumentos da população com o conjunto de consequências já indicadas: grande percentagem de desempregados, nomeadamente entre os jovens, e muita pobreza cujo corolário mais comum é a emigração.

Todos estes fatores fazem com que o mundo se divida grosso modo entre um Norte e Ocidente com taxas de crescimento populacional normalmente negativas e um Sul e Oriente com elevadas taxas de crescimento, localizadas particularmente nas regiões de crença islâmica e pouco desenvolvidas ou em desenvolvimento: caso do “cinturão islâmico do mundo”, que engloba o Norte de África, Sahel e parte significativa da África subsaariana, Médio Oriente, partes da Ásia Central e Ásia do Sul, subcontinente indiano e alguns arquipélagos do Sudeste asiático/Pacífico.

Deste “equador” sobrepovoado partem em direção ao Ocidente e ao Norte vagas sucessivas de emigrantes miseráveis, que tudo arriscam para alcançar o bem-estar mínimo de que não usufruem.

Curiosamente tem sido no mundo onde campeia a maior miséria que têm surgido nações que, organizando-se e criando uma situação com relativa

estabilidade, conseguem atrair investimento estrangeiro e desencadear períodos de acentuado desenvolvimento, à custa dos salários baixos dos trabalhadores que passam a enxamear as empresas que as grandes multinacionais deslocalizam, retirando-as dos países mais avançados. Estas multinacionais e o sistema financeiro que com elas se articula beneficiam de uma globalização económica que não é consequência de uma fatalidade, como os que dela tiram mais vantagens procuram dar a entender, mas resulta de uma opção política provavelmente incitada por esse conglomerado económico-financeiro, insuficientemente regulada pelos Estados. As unidades industriais que vão mudando de lugar à procura dos menores salários caracterizam-se por uma produção que necessita de um número simples, limitado e fácil de apreender de ações dos trabalhadores. As mais comuns e que mais facilmente se deslocalizam são as fábricas de vestuário e de calçado e as unidades de montagem de artefactos móveis de telecomunicações.

A China constitui o paradigma ainda visível deste tipo de nações, mas já com o seu crescimento económico a emagrecer e os salários dos seus trabalhadores a subirem, pelo que o complexo económico-financeiro parece preparar-se para procurar outras paragens onde os chorudos lucros se manterão e até poderão aumentar. Segundo a Agência Stratford, para substituir a China, perfilam-se atualmente 16 países, cuja população no seu conjunto ronda também os mil milhões de pessoas. São designados P C 16 (os 16 pós-China), e encontram-se situados em áreas de pobreza e de sobrepopoamento, portanto nas melhores condições para os salários dos respetivos trabalhadores serem mais vantajosos. Trata-se de países situados na bacia do Índico, no Sudeste asiático e na costa da zona central do continente americano: Etiópia, Uganda, Quénia, Tanzânia, Sri Lanka, Bangladesh, Birmânia, Laos, Vietname, Camboja, Filipinas, Indonésia, México, República Dominicana, Nicarágua e Peru.

3. Os conflitos por recursos estratégicos vitais na “Era da Informação”, cuja presença obsessiva e importância decisiva traduz um dos elementos caracterizadores da globalização da informação/comunicação, situam-se em três patamares. 1) Num primeiro patamar onde os atores principais são as maiores potências desenvolvidas, que procuram zonas de influência capazes de lhes proporcionarem recursos vitais para o seu funcionamento, o que pode significar conflitos entre iguais através de terceiros (desiguais) que possuam os recursos; ou

simplesmente trata-se de desenvolver estratégias de domínio de uma potência por intermédio do apoio, que pode ser militar, a fações em luta pelo poder num determinado país que dispõe dos recursos que ambiciona. 2) Num segundo patamar em que vários atores numa dada região procuram ascender a posições dominantes de poder, o que, se for atingido, significa a capacidade de obter e partilhar recursos. 3) Num terceiro patamar, os conflitos são consequência da pressão dos movimentos migratórios, da ação de criminosos isolados ou em bando, e de táticas terroristas empreendidas por extremistas pertencentes a grupos, sejam eles de natureza religiosa com fins messiânicos, ou de cariz ideológico com fins políticos.

Enquanto nos conflitos travados no primeiro patamar, se combate prioritariamente por recursos que têm a ver com o funcionamento das sociedades modernas, naqueles que ocorrem no segundo patamar, o que se encontra basicamente em causa é a luta por recursos indispensáveis à mera satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Relativamente ao terceiro patamar, os diversos Estados recorrem a meios antigos modernizados à luz das tecnologias típicas da “Era da Informação”, com a finalidade de conter os movimentos migratórios por vezes massivos, deter criminosos de toda a espécie e barrar os terroristas que visam os seus objetivos através de atentados a que a “Era da informação” dá projeção global com as correspondentes perceções que se repercutem em termos de relações de forças. As atuais muralhas, tipo muralha da China do passado, além de poderem ser erigidas com barreiras digitais, que bloqueiam o acesso da *internet* a certo tipo de conhecimento com sofisticados motores de busca, são constituídas materialmente por muros altos de betão reforçado, intercalados por redes eletrificadas e reforçados por vigilância com meios terrestres (radares e dispositivos de visão noturna), e com meios aéreos, especialmente aeronaves sem piloto (os célebres UAVs), alguns com capacidade de combate contra o solo. E as guarnições dessas “muralhas” integrarão cada vez mais *robots* para efetuar tarefas diversificadas (desde provocar o rebentamento de minas e explosivos tecnologicamente improvisados até ao manejo de instrumentos pesados de natureza logística ou operacional) e dispõem de informação de alcance global disponível e trocada em tempo real pela *internet*. Estas “muralhas” da idade da informação já rodeiam o Estado de Israel e estão a ser construídas nos troços mais perigosos da fronteira

entre os EUA e o México; embora mais atenuadas, cercam a União Europeia, particularmente o seu Espaço Shengen, reforçando com meios navais e vigilância aérea as fronteiras marítimas a Sul, e multiplicando controlos frequentes nas fronteiras a Leste, todas guarnecidas pela Gendarforce (força de polícia multinacional de fronteiras da UE). Mas estas fronteiras, mesmo dissimuladas, já aparecem no interior da União, até no do Espaço Shengen, com a multiplicação de controlos em profundidade. Além das fronteiras que se multiplicam por todo o mundo.

“Muralhas” deste tipo tenderão a proliferar, rodeando as sociedades mais prósperas, como os altos muros e os sistemas de vigilância privada que já protegem os condomínios das grandes cidades do mundo mais abastado.

Naturalmente que todos estes conflitos se entrecruzam e confundem, mas todos utilizam em maior ou menor grau artefactos tecnologicamente avançados, e concorrem pelo domínio das plataformas por onde circula a informação, visando emitir mensagens que transmitam aos outros atores e às opiniões públicas (locais e globais) as percepções que mais convenientes lhes são, no sentido de conquistarem os respetivos objetivos.

A “Era da Informação” é um paraíso para a estratégia: toda a ação táctica é uma ação que poderá ter efeitos estratégicos, desde que circule no espaço mediático (portanto seja potenciado em termos globais, deixando de se circunscrever apenas ao espaço geográfico restrito onde realmente se está a processar) com eficiência.

Esta circunstância favorece os atores militarmente fracos em confronto com atores militarmente fortes que, frequentemente ficam inibidos de usar os seus instrumentos de combate mais poderosos por terem receio de que os seus efeitos negativos se voltem contra si, se esses efeitos foram convenientemente tratados e desfeiteados nas plataformas por onde circula a informação pelos seus inimigos. E torna mais frequentes os conflitos armados de baixa intensidade, ou seja aqueles em que os mais fracos se insurgem contra os mais fortes recorrendo a ações de subversão (ou de insurreição) e os mais fortes respondem levando a efeito campanhas de contra-insurreição (ou de contra-subversão).

Mas a “Era da Informação” também nos aparece como o paraíso dos ambientes de caos, pois normalmente as guerras que se desenvolvem raramente (ou quase nunca) mantêm apenas dois atores em confronto. Se inicialmente for assim,

rapidamente passam a multiplicar-se com o aparecimento de outros atores que visam objetivos distintos dos primeiros. Muitos deles resultantes da ausência de autoridade central – pelo facto da soberania se ter esboroadado –, o que provoca o aparecimento de novos atores que visam metas políticas, mas também religiosas e/ou mesmo criminosas, fazendo desaparecer a segurança. Começam as migrações forçadas que vão aumentando exponencialmente, fazendo crescer o número de refugiados (muitos deles no interior do seu próprio país).

A insegurança permanente provocada pela ausência de soberania leva as pessoas em desespero a procurar segurança ao abrigo de identidades primitivas, como as religiosas e étnicas. Os países balcanizam-se à volta dos núcleos de poder dos diversos atores em confronto, muitos deles reforçados por “irmãos” combatentes que comungam das mesmas ideologias e de idênticos objetivos, respondendo ao apelo de acorrerem à guerra; outros são apoiados por Estados que retirarão vantagens da sua vitória, com apoio político, de armamento e mesmo operacional. As grandes urbes, que a desertificação crescente dos territórios torna cada vez maiores, mais frequentes, e com aglomerados cada vez mais vastos, em que os habitantes vivem em condições degradantes, fraturam-se por muros de guerra e de destruição e enchem-se de combatentes, de sem-abrigo, de miseráveis e de criminosos, levando cada vez maior número de pessoas comuns a procurar fugir deste caldeirão. A instabilidade instala-se sem se lobar o seu fim. E alastra-se a regiões contíguas, ou mesmo longínquas, cujas ligações religiosas ou políticas forçam a entrar na liça. Ninguém aparece com a possibilidade de restabelecer a soberania que, tendo-se desfeito, pulveriza o país. Multiplicam-se os sem-lei e espalha-se a insegurança além-fronteiras, lembrando as lutas das hordas primitivas nos tempos pré-históricos.

Numa palavra, instala-se o caos. Há mesmo atores que afirmam que estaremos em presença de um novo tipo de guerras a que chamam “guerras do caos”.

Gaston Bouthoul, o criador da Polemologia, afirmava, nos meados do século passado, que a sobrepopulação poderia conduzir à guerra, funcionando esta como uma espécie de regulador da população em função dos recursos existentes. Esta lógica não terá sido sempre o fio condutor que conduziu à guerra, mas as guerras do caos, mesmo que tenham origem noutros motivos, tendem a conduzir a situações que, indubitavelmente, a confirmam.

Embora a insurreição e a contra-insurreição estejam presentes, elas deixam de ser a realidade no terreno. Essa realidade evolui rapidamente para outra realidade bem mais complexa: transforma-se e instala-se o caos.

É a situação que se vive em certas regiões: da Ásia (Afeganistão, parte do Paquistão, extensas regiões da Índia e do Bangladesh), do Médio Oriente (Iraque e Síria), do Norte de África, particularmente da Líbia, em áreas do Sahel, na África subsaariana, como no Norte da Nigéria, Etiópia, Somália, Congo, etc.

A situação da Síria é paradigmática. Segundo o *New York Times* de 18 de Julho passado, “a guerra civil balcanizou o país, com vários grupos armados a controlar áreas diferentes. O governo mantém a sua autoridade na capital e solidificou o seu controlo sobre uma série de grandes cidades a Norte. Os grupos rebeldes dominam grandes áreas de território nas regiões Norte e Leste do país, mas longe de qualquer unidade, com as respectivas milícias competindo entre si pelos recursos, impondo as suas próprias leis e, por vezes, virando as suas armas umas contra as outras. Os curdos, a mais numerosa minoria síria, controlam o seu território e frequentemente combatem para manter os rebeldes fora dele. No conjunto, 60% da população vive em áreas sob controlo governamental, enquanto os rebeldes controlam 60 a 70% do território (...) Os rebeldes são mais fortes nas áreas rurais com pouca população”.

A expressão do nosso confrade Eduardo Lourenço, no título que deu a um texto recentemente publicado na última edição do seu importante livro *Os Militares e o Poder*, traduz com clareza a situação em que se vive: segundo ele, cito, vivemos a situação de “O fim de todas as guerras e a guerra sem fim”.

Segundo António Telo e Nuno Lemos Pires, que caracterizam em pormenor e com profundidade as guerras do caos no seu recente livro *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação*, a doutrina criada na Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA pelo General Petraeus e por ele praticada tanto no Iraque como no Afeganistão, embora denominada doutrina de contra-insurreição, trata-se de uma verdadeira “doutrina contra caos”, tendo em vista a ação abrangente que propõe, visando restabelecer a soberania das instituições sobre o território e não apenas neutralizar a insurreição. Os seus elementos caracterizadores situam-se na abrangência da ação, no emprego de meios civis e militares, e numa direção político-militar unificada. As próprias estruturas de articulação tática e estratégica terão de ser mistas (civil-militar) nos vários níveis de atuação.

Surpreendentemente, esta nova doutrina faz recordar a doutrina praticada pelas Forças Armadas Portuguesas nas campanhas de África durante a segunda metade do século passado, vertida num regulamento doutrinário da época chamado *O Exército na Guerra Subversiva*, que foi, aliás, um dos manuais de consulta usados por Petraeus e seus assessores para elaborar o *Field Manual* (manual de campanha) de contra-insurreição presentemente em vigor no Exército e nos Marines norte-americanos.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA NA SESSÃO CONJUNTA DAS CLASSES DE CIÊNCIAS E DE LETRAS  
DE 24 DE OUTUBRO DE 2013)